

Anúncio n.º 13/2019**Abertura do procedimento de classificação do sítio arqueológico «Termas dos Cássios», em Lisboa, freguesia de Santa Maria Maior, concelho e distrito de Lisboa**

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, faço público que, por meu despacho de 16 de outubro de 2018, exarado sobre proposta do Departamento dos Bens Culturais, foi determinada a abertura do procedimento de classificação do sítio arqueológico «Termas dos Cássios», no subsolo dos edifícios situados na Rua de São Mamede 21, na Rua das Pedras Negras, na Calçada do Correio Velho e na Travessa do Almada (corresponde ao Palácio do Conde de Penafiel), na Rua de São Mamede 23, na Rua das Pedras Negras 35 a 41, na Travessa do Almada 1 a 9 e na Travessa das Pedras Negras 2 a 2 B em Lisboa, freguesia de Santa Maria Maior, concelho e distrito de Lisboa.

2 — O referido sítio está em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

3 — O sítio em vias de classificação e os bens imóveis localizados na zona geral de proteção (50 metros contados a partir dos seus limites externos) ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente, os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da referida lei, e o n.º 2 do artigo 14.º e o artigo 51.º do referido decreto-lei.

4 — Nos termos do artigo 11.º do referido decreto-lei, os elementos relevantes do processo (fundamentação, despacho, planta do sítio em vias de classificação e da respetiva zona geral de proteção) estão disponíveis nas páginas eletrónicas dos seguintes organismos:

a) Direção-Geral do Património Cultural, www.patrimoniocultural.pt (Património/Classificação de Bens Imóveis e Fixação de ZEP/Despachos de Abertura e de Arquivamento/ Ano em curso).

b) Câmara Municipal de Lisboa, www.cm-lisboa.pt

5 — O interessado poderá reclamar ou interpor recurso hierárquico do ato que decide a abertura do procedimento de classificação, nos termos e condições estabelecidas no Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa.

18 de dezembro de 2018. — A Diretora-Geral do Património Cultural, *Paula Araújo da Silva*.

311950119

EDUCAÇÃO**Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto****Despacho n.º 693/2019**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Adjunta no meu Gabinete a licenciada Patrícia da Cunha São João, com efeitos a 1 de janeiro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da ora designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supra citado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

4 de janeiro de 2019. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *João Paulo de Loureiro Rebelo*.

Nota curricular

Nome: Patrícia da Cunha São João.

Data de nascimento: 12 de janeiro de 1985.

Formação académica:

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto (2007).

A frequentar o curso de mestrado em Família e Género no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (desde 2016).

Experiência profissional:

Bolseira de Investigação e de Gestão de Ciência e Tecnologia no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (2014-2018).

Assistente e Coordenadora de Recrutamento de Acolhimento na Intercultura-AFS Portugal (2012-2014).

Coordenação pedagógica do projeto «de Mulher para Mulher — 2.ª edição — dMpM2 Porto», da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (2009 e 2010).

Experiência associativa:

Vice-presidente da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (2012-2016).

311959832

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares**Agrupamento de Escolas Coimbra Sul****Declaração de Retificação n.º 63/2019**

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 5 de dezembro de 2018, o aviso n.º 18013/2018, retifica-se que onde se lê «Informa-se [...] do PEVPAP» deve ler-se «Informa-se [...] do PREVPAP».

5 de dezembro de 2018. — O Subdiretor, *Luís Manuel Nogueira de Almeida*.

311883798

Agrupamento de Escolas de Mangualde**Aviso n.º 988/2019**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência da Abertura de procedimento concursal comum, com carácter de urgência, para o preenchimento de 8 (oito) postos de trabalho no Agrupamento de Escolas de Mangualde na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), aberto por despacho do Diretor do Agrupamento de Escolas de Mangualde de 27/09/2018, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo Despacho n.º 8771/2018 da Diretora Geral de Administração Escolar em regime suplência, proferido em 9 de agosto de 2018, publicado em 14 de setembro de 2018 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, foram celebrados contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os candidatos, Daniela Marina Almeida Ferreira Ramos Nogueira, Delfim da Costa Coelho, Fernanda Maria Lopes Santos, Maria João de Jesus Marques Nunes, Maria Isabel Ferreira Lopes Rodrigues, Rita Maria Baptista Jorge Duarte, Rui Manuel Pinto Costa, Tânia Sofia Delgadinho Oliveira, os quais ficam posicionados na posição remuneratória 1 — nível remuneratório 1, a que corresponde a remuneração mensal de (euro) 580.

19 de dezembro de 2018. — O Diretor, *António Agnelo Figueiredo*.

311929943

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**Instituto da Segurança Social, I. P.****Aviso n.º 989/2019**

Nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público, que as listas de candidatos admitidos e excluídos relativas ao procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, IP, aberto pelo Aviso n.º 11199/2018, com a referência DRH/TS/25/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 156 de 14 de agosto, e alterado pelo Aviso n.º 15551/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 208 de 29 de outubro, se encontram disponíveis, para consulta, nas instalações do ISS, I. P. sitas na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 82, r/c, em Lisboa e na respetiva página eletrónica em www.seg-social.pt

Nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 31.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e no Código do Procedimento Administrativo, ficam os candidatos notificados, para, caso queiram, se pronunciarem, no âmbito do direito de audiência de interessados.